FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Eryka Clézia Dantas de Souza
Rejane Maria Barreto Santos
Sidney de França Santos

RESUMO

O texto discute as questões relativas à formação de professores de educação infantil. Mostra como essa área se encontra amparada legalmente, tendo em vista as mudanças e reformas do sistema educacional do país. O artigo enfatiza aspectos ligados às relações entre teoria e prática da formação do educador infantil e a importância em se pensar soluções para o cumprimento dos novos padrões definidos pela legislação em vigor. Trata ainda das especificações dos educadores nesse patamar de ensino. Destaca a importância em planejar a ação docente para que atinja os objetivos do desenvolvimento integral da criança nos seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Para efeito deste trabalho utilizamos a pesquisa bibliográfica sobre o tema abordado e analisamos documentos atuais que o baseiam, conseguindo assim, informações de fundamental importância para a elaboração do trabalho. Ressalta-se que a profissionalização do educador infantil demanda qualificação, que por sua vez interfere no processo de qualidade do ensino e da aprendizagem da Educação da infância brasileira.

Palavras-chave: Formação. Qualificação. Aprendizagem

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil ganhou maior importância após a promulgação da Constituição de 1988 e vigência da Lei n 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A partir daí a criança foi reconhecida pelos seus direitos e sua educação passou a ser considerada como nível de ensino. Nesse contexto então, a discussão sobre a formação docente para a Educação Infantil ganhou relevância despertando assim um interesse em pesquisar tal processo de formação, com o objetivo de analisar a qualificação aliada ás necessidades, exigências e propostas dessa área.

Acriança só pode ter um atendimento de qualidade se os profissionais que trabalham diretamente com ela estiverem cientes de suas necessidades básicas como: brincar, aprender, sorrir e descansar. Além disso, dentro de um ambiente alfabetizador é necessário uma construção progressiva da autonomia e auto-estima. Os professores devem estar equipados teórica e metodologicamente para cumprirem essas especificidades.

É na Educação Infantil que há possibilidade de uma real mudança na Educação, pois é aí onde tudo começa. Se soubermos garantir a oferta de educação de qualidade para nossos alunos, com certeza teremos uma educação mais justa e consequentemente uma sociedade também mais justa. Para que a Educação Infantil se concretize como um seguimento importante no processo educativo, não bastam leis que garantam isso no papel, nem tampouco teorias elaboradas sobre o desenvolvimento da criança. Os profissionais que trabalham diretamente com as crianças precisam estar continuamente refletindo sobre sua prática, esforçando-se para que a sua função seja exercida da melhor maneira possível para que o desenvolvimento infantil seja favorecido em diversos aspectos.

De acordo com o Relatório da Unesco “Educação: um tesouro a descobrir”, um dos objetivos principais da formação de professores, inicial e continuada, é desenvolver as qualidades de ordem ética, intelectual e objetiva que a sociedade espera deles de modo a possibilitar esse mesmo leque de qualidades no desenvolvimento de seus alunos.

Alguns fatores sócio-políticos e econômicos tornam difícil e complexa a formação de especialistas da Educação Infantil. Esta complexidade torna-se mais

evidente devido à busca pela profissionalização de docentes atuantes nesse nível de ensino. Diante disso, muitas questões passam a ser revistas e mudanças começam a ser desencadeadas dentro desse contexto.

Possuir as informações e habilidades necessárias deve aumentar a autoconfiança do educador e melhorar as chances de ele sentir prazer em suas atividades, no entanto não se pode esquecer a importância de suas atitudes e opiniões envolvidas nesse trabalho. Acreditamos que seja esta uma questão importante e determinante, pois mesmo um educador aparentemente bem informado e competente pode ter sua possibilidade de realizar um bom trabalho, totalmente prejudicada por atitudes e opiniões errôneas ou negativas tanto na concepção da função social e pedagógica da pré-escola e do seu papel como educador infantil como na concepção da criança e do seu desenvolvimento.

Ao considerar essas pautas, nota-se que é possível identificar critérios e parâmetros que possam contribuir para a construção de alternativas para a formação do educador infantil, permitindo assim que se alcancem capacidades básicas para responderem às demandas exigidas pela sociedade contemporânea.

Enquanto pedagogos em formação surge o interesse pelo tema a partir da percepção de uma valorização excessiva da prática em relação ao embasamento teórico-conceitual que se tem nesse nível de ensino. Diante da realidade do atendimento, acreditamos que se faz necessário direcionar nosso olhar para o distanciamento entre discurso e prática e a sua reflexão para que os avanços não permaneçam somente no papel, traduzindo as leis em realidade concreta.

Esta pesquisa objetiva entender a formação do educador infantil como um processo contínuo de busca de qualidade pela educação e afirma a necessidade de investimento em políticas sociais comprometidas com a melhoria do atendimento às crianças na Educação Infantil. Direcionamos nossa investigação inicialmente em autores (pesquisa bibliográfica) que abordam o tema em questão. ”Esta pesquisa consiste no levantamento e análise do que já se produziu sobre determinado assunto que é assumido como tema de pesquisa científica.” (RUIZ, 1996, p.58). Buscamos analisar documentos atuais para legitimar a pesquisa como forma de permear a realidade.

Apesar dos avanços obtidos, o que se verifica na realidade brasileira é um distanciamento entre as conquistas e as práticas efetivadas no cotidiano das instituições. Algumas das principais determinações da Lei de Diretrizes e Bases da

Educação, nº 9394/96 continuam ainda longe da aplicabilidade na prática e no interior das instituições de educação de crianças de zero a seis anos de idade.

Diante da realidade do atendimento, acreditamos que se faz necessário redefinirmos as questões levantadas na formação do professor da educação infantil, direcionando nosso olhar para o distanciamento entre discurso e prática e a sua reflexão para que os avanços não permaneçam somente no papel, traduzindo as leis em realidade concreta.

EDUCAÇÃO INFANTIL E ATUAÇÃO DOCENTE

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a responsabilidade do poder público para com a educação infantil (artigo 208, inciso IV) e atribui aos municípios a responsabilidade pela manutenção de programas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental tendo a cooperação técnica e financeira da União e do Estado.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9394/96 foi promulgada em 20 de dezembro de 1996. Esta Lei determina que a Educação Infantil seja a primeira etapa da Educação Básica. Assim o papel do Estado e dos municípios passa a ser o de educar e cuidar das crianças na faixa etária de zero a cinco anos.

> Art. 29 A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 6 (seis) anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Frente a esta legislação, decorre uma pergunta inevitável: qual é o perfil do profissional da educação para atender integralmente as crianças da educação infantil? O título VI da LDB estabelece que os profissionais da educação devem ser formados em nível superior, em cursos de licenciatura, de graduação plena em universidades e institutos superiores de educação. Entretanto, apesar de definir o “lócus” de formação a lei é pouco clara sobre o perfil de profissional desejável para a educação infantil. Partindo para a formação contínua do professor,a resolução CEB nº 2, de 19 de abril de1999 estabelece que o profissional da educação infantil deveria ser capaz de:

A – Integrar-se ao esforço coletivo de elaboração, desenvolvimento e avaliação da proposta pedagógica da escola, tendo como perspectiva um projeto global de construção de um novo patamar de qualidade para a educação básica no país;

B – Investigar problemas que se colocam no cotidiano escolar e construir soluções criativas mediante reflexão socialmente contextualizada e teoricamente fundamentada sobre a prática;

C – Desenvolver práticas educativas que contemplem o modo singular de inserção dos alunos futuros professores e dos estudantes da escola campo de estudo no mundo social, considerando abordagens condizentes com as suas identidades e o exercício da cidadania plena, ou seja, a especificidade do processo de pensamento, da realidade sócio-econômica, da diversidade cultural, étnica de religião e de gênero, nas situações de aprendizagem;

D – Avaliar a adequação das escolhas feitas nos exercícios da docência, à luz do processo constitutivo da identidade cidadã de todos os integrantes da comunidade escolar, das diretrizes curriculares nacionais da educação básica e das regras da convivência democrática;

E – Utilizar linguagens tecnológicas em educação, disponibilizando, na sociedade de comunicação e informação, o acesso democrático a diversos valores e conhecimentos.

Os educadores devem estar alerta para, na elaboração de suas propostas, programas e planejamentos educacionais, ter clareza sobre as concepções que permeiam o cotidiano do processo ensino-aprendizagem dos educandos, cujos fundamentos devem ser abordados de forma clara sobre seus atos e efeitos na relação pedagógica.

O processo de desenvolvimento da criança em seus primeiros anos de vida é muito rápido e envolve aspectos cognitivos, sensoriais, emocionais, culturais e sociais. A criança deve ser preparada para viver a sua vida aprendendo, nessa trajetória estará explorando cada um dos seus momentos enriquecendo-se, descobrindo-se e localizando-se contextualmente cada vez mais e melhor.

O planejamento educativo é a forma de representar o conhecimento escolar, baseado na interpretação da realidade, estabelecendo relação entre o aprofundamento do conhecimento e a visão de mundo que o educador possui, numa perspectiva de transformação. O educador deve avaliar que tipo de sujeito pretende

formar e as possibilidades de construção do conhecimento historicamente construído, sendo o ato de planejar as atividades, o primeiro passo essencial para o encaminhamento favorável do trabalho educativo competente.

> Para planejar é preciso estabelecer: o que, por que, para que, quando, como, onde, para quem, com quem, ou seja, devemos diagnostificar à situação atual, estabelecer objetivos a serem alcançados, metas, as estratégias de ação para se chegar ao que se pretende atingir, inserir instrumentos e critérios de avaliação individual e coletiva, além da auto-avaliação de cada profissional e construir cronograma de atividades com flexibilidade numa atitude constante de ação – reflexão – ação. Além do planejamento de atividades escolares e extra-escolares compete aos educadores conquistar a participação efetiva da comunidade escolar. (OLIVEIRA, 2002, p. 12).

São dois os principais objetivos da interação escola e comunidade. De um lado ela visa propiciar o conhecimento dos responsáveis pela proposta pedagógica que está sendo desenvolvida, para que possam discuti-la com a equipe. De outro essa interação favorece e complementa o trabalho realizado na escola com as crianças, na medida em que possibilita que se conheçam seus contextos de vida, os costumes e valores culturais de suas famílias e as diferenças ou semelhanças existentes entre elas e em relação à proposta.

Uma estratégia importante no trabalho com os pais é a reunião com a equipe da escola, na qual a proposta pedagógica é apresentada e discutida. É necessário que haja atividades integradoras dos pais, crianças e equipe escolar, com o objetivo de estreitar os vínculos e os laços de convivência. É preciso perceber a maneira com que pais e professores estão relacionados às práticas autoritárias que geralmente são adotadas na maioria das escolas, tanto na rede pública quanto na particular.

> A responsabilidade de criar um clima afetivo e relacional positivo recai diretamente sobre o adulto. Os professores da Educação Infantil costumam ser mais afetuosos, colocando generosamente a serviço de seu trabalho e de seus alunos aspectos tão pessoais como sua capacidade de vinculação e suas manifestações de carinho. Além de terem atitudes afetuosas em relação a cada menino e a cada menina e ao grupo em seu conjunto, eles devem criar condições na sala de aula – atividades, agrupamentos, materiais etc. – que favoreçam relações construtivas e que ajudem a superar os inevitáveis conflitos entre iguais. (PANIAGUA; PALÁCIOS, 2007, p.18).

Aprender não é copiar ou reproduzir a realidade. Aprender é construir um significado pessoal para o conhecimento que já existe objetivamente. Numa visão sócio-construtivista, o educador conduz o aprendizado. É pela aprendizagem na relação com os outros que os conhecimentos são construídos e permitem o desenvolvimento. A situação sócio-cultural e econômica em que vivem as crianças exerce influência sobre os conhecimentos que elas constroem. Desenvolvimento e aprendizagem são processos que estão diretamente relacionados e imersos em um contexto social. São estímulos externos que acionam o desenvolvimento do indivíduo.

O ambiente é um aspecto primordial, fundamental do sistema educativo sendo o aspecto determinante para a realização da atividade educativa. Possui características claras como meio conveniente para a ação infantil, preparado nos seus detalhes mínimos, incluindo a pré-determinação dos materiais possíveis de utilização. Esse ambiente deve ser adequado, qualitativa e quantitativamente às crianças, para poder propiciar-lhes o crescimento, a realização da sua necessidade de experimentação, de trabalho, de assimilação espontânea, e de nutrição do espírito.

A sala de aula deve ser livre das amarras limitadoras e controladoras do poder adulto sobre a criança e ativo na interação com ela, propiciando-lhe elementos para que possa agir e obter resposta quanto às suas realizações. Estar adequado qualitativamente às crianças significa estar dentro das suas possibilidades de realização, para que os pequenos possam sentir que estão dentro do seu mundo, podendo alterá-lo, manipulá-lo de acordo com as suas necessidades e vontades.

De acordo com Angotti (2003), o estudo Montessoriano sobre professor e aluno reforça que esta relação está sempre mediada pelo ambiente e sua utilização, pois o professor se torna um instrumento de organização do ambiente que irá possibilitar ao aluno o desenvolvimento da percepção dos movimentos, do intelecto, através da sua atividade

O educador deve encontrar-se à disposição do aluno para quando este estiver necessidade, obstáculos, descaminhos ou má utilização das matérias nas atividades que o levarão á autonomia, à independência do seu ser.

Ambiente, material, propostas de vivência de situações serão oferecidas com coerência e adequação pelo professor à criança, numa relação que lhe dê chances, oportunidades para que aprenda a aperfeiçoar-se como uma educadora de si mesma (auto-educação)

Os professores ocupam lugar importante na sala de aula devendo esforça-se por estabelecer um relacionamento positivo entre as crianças, baseado no respeito mútuo e na individualidade do ser de modo a conquistar a confiança dos seus "pupilos "dos que a ela foram confiados e a sua autoridade sobre eles seja vista como situação circunstancial, natural no momento em que se encontram. Para que a confiança possa vingar é necessário que se estabeleça verdade na relação, justiça nos atos do adulto, coerência entre o que fala e faz.

A confiança do aluno no professor garantirá aquele à base para buscar neste os recursos, orientações, direções pra as suas atividades para o seu crescimento.

Ser professor é antes de tudo ter confiança no potencial infantil, acreditando que em ambiente preparado e adequado, com instrumentos, materiais pedagógicos específicos à etapa de desenvolvimento em que a criança se encontra, seu potencial aflorará através das atividades espontâneas, o individuo caminhará no sentido de tornar-se senhor de si,e se auto-educará, autogoverna-se, buscando sempre o aperfeiçoamento do seu ser. (MONTESSORI, 2003).

FORMAÇÃO DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A LDB nº 9394/96, em seu art. 62, estabelece como regra que a formação dos docentes para a educação básica far-se-á em nível superior. Reivindicação antiga dos educadores em nosso país e já consolidada em grande parte dos países desenvolvidos. No mesmo artigo, no entanto admite-se como formação mínima para as séries iniciais e para a educação infantil, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. Nesse caso, em nada superaria a situação historicamente vivida em relação à habilitação específica do magistério. Por outro lado, as disposições transitórias da referida lei (Título IX, art. 87, parágrafo 4º), determinam que até (2007), somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.

A Lei institui, também, a possibilidade de que a formação dos professores para todos os níveis de escolaridade ocorra nos Institutos Superiores de Educação, não necessariamente universitários. A partir de então, aceleram-se algumas alterações no cenário da formação de professores, o que aponta para a urgência de um posicionamento quanto à formação dos docentes como profissionais da educação. As inovações curriculares, interdisciplinaridade, sala-ambiente, ciclos de aprendizagem e outras, requerem dos professores novas exigências de atuação profissional e em conseqüência, novos saberes pedagógicos, que nem sempre tiveram lugar em sua formação.

A educação é fruto do surgimento de formas sociais de condução da aventura mágica e cotidiana do ensinar, aprender e ensinar. O aluno deve ser encorajado a se posicionar e enfrentar o mundo atual como sujeito participativo, reflexivo e independente. O educador infantil é responsável pela dimensão educacional do atendimento às crianças, tanto interagindo diretamente com elas quanto assumindo o planejamento, a coordenação e a supervisão da educação e do cuidado com concepções articuladas e de dimensões indissociáveis.

A realização do trabalho docente exige do educador o profundo conhecimento sobre a criança, de como se processa o seu desenvolvimento, a construção do conhecimento para poder facilitar, encorajar a criança a apensar ativa e autonomamente em todos os tipos de situações. O educador tornar-se-á o facilitador da aprendizagem do aluno, através da problematização que faz das situações, dos questionamentos que oferece à criança, para que ela construa hipóteses. A calma, o respeito ao ritmo do aluno ao seu tempo ideal de maturidade e o encaminhamento adequado ao processo de desenvolvimento infantil, são características do trabalho de um profissional que espera promover a segurança, o domínio, à autonomia, o desenvolvimento integral do seu aluno.

> Um educador que, enquanto profissional do ensino (...) tem a docência com base na sua identidade profissional, domina o conhecimento específico de sua área, articulado ao conhecimento pedagógico, em uma perspectiva de totalidade do conhecimento socialmente produzido que lhe permita perceber as relações existentes entre as atividades educacionais e a totalidade das relações sociais, econômicas, políticas e culturais em que o processo educacional ocorre, sendo capaz de atuar como agente de transformação da realidade em que se insere. (CONARCFE, 1989, p.3).

Por outro lado, a formação de professores tem que ser vista também para além da formação inicial, ou seja, formação continuada em serviço. Entretanto, corremos o risco de cair em outra armadilha, projetar a melhoria da qualidade do trabalho docente para além do espaço de formação inicial deixando de investir então na melhoria das instituições de nível superior, responsáveis por esta formação, investindo-se maciçamente em formação continuada. Pensar a formação do educador infantil significa pensá-la continuamente, já que os professores reelaboram os saberes iniciais em confronto com suas experiências práticas vivenciadas dia após dia nos contextos educativos, num processo de auto-formação. Temos como um dos desafios da atualidade, permitir que essa formação estimule no professor atitudes crítico-reflexivas, desencadeando dinâmicas de aprendizagens socializadas em prol de um trabalho cada vez mais pessoal e criativo.

É de fundamental importância que se criem condições para que os próprios educadores participem como profissionais atuantes na elaboração e transformação das políticas educativas, construindo sua identidade enquanto profissional da educação. O desenvolvimento profissional é uma caminhada que envolve crescer, ser, sentir, agir e sustentar-se na integração do conhecimento e da paixão.

A demanda pelo aperfeiçoamento do quadro de qualificação profissional é alta tanto nas redes públicas de educação, como também entre as escolas particulares. Por esse motivo a formação de educadores tem sido cada vez mais destacada na discussão da melhoria da qualidade do trabalho pedagógico nelas realizado.

> No que diz respeito à formação continuada, denominada pelas autoras como educação permanente, a formação não se esgota na formação inicial devendo prosseguir ao longo da carreira, de forma coerente e integrada, respondendo as necessidades de formação sentidas pelo próprio e as do sistema. (RODRIGUES; ESTEVES, 1999, p. 41).

O que se tem observado na realidade é que os resultados dessa ampliação na escolaridade dos educadores não trazem uma maior competência profissional. Isso é decorrente do fato das propostas pedagógicas serem apreendidas de modo superficial tornando o professor insuficientemente crítico e autônomo.

Após a promulgação da LDB, foram criados fóruns estaduais e regionais de educação infantil para que fossem reivindicadas mais verbas para programas de formação profissional para educadores infantis. O MEC formulou um Referencial

Curricular Nacional e o Conselho Nacional de Educação definiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil, como forma de redefinir as propostas pedagógicas para essa área. Uma boa formação inicial dos professores é a porta de entrada na eficiência do trabalho pedagógico.

O Ministério da Educação está dando ênfase à formação de professores de Ensino Fundamental. Os Cursos de Pedagogia e o Normal Superior foram considerados ao lado dos de Medicina e Direito prioritárias numa lista de avaliação nacional de faculdades e universidades. A iniciativa da criação do Sistema Nacional de Formação do Magistério prevê uma articulação entre os dirigentes municipais e estaduais e as instituições de Ensino Superior.

Enquanto a qualidade da graduação não melhorar, os programas das secretarias e o trabalho pedagógico em cada escola deverão ser articulados visando melhores resultados. Muitas redes buscam parcerias com as universidades para implementar programas de aprimoramento (formação continuada), isso nos retoma a uma dúvida: Se os cursos de pedagogia não estão formando profissionais que sobem ensinar, essa formação continuada não está repetindo os mesmos erros iniciais?

A erosão do prestígio dos professores, nos últimos anos, fica evidente nas observações desabonadoras sobre a perda de nível do corpo docente e, principalmente, no tratamento desrespeitoso conferido pelo Estado e pelas mantenedoras de escola. Eles se viram relegados a um plano inferior na hierarquia das profissões e precisam acatar determinações de patrões, pais, técnicos em educação e, principalmente, alunos que estão muito interessados na obtenção do diploma cumprindo poucas exigências escolares.

Isso demonstra que a identidade social dos docentes ficou severamente comprometida diante de seu público, provocando um sentimento de humilhação pelo exercício de uma atividade que seria menor e estranha ao sistema produtivo. Os professores perderam estímulo para exercer disciplinadamente o seu ofício e buscar o indispensável aperfeiçoamento contínuo numa sociedade que vem passando por incessantes transformações tecnológicas. Os salários tradicionalmente baixos sofreram intensa deterioração, principalmente nas instituições públicas de todos os níveis, comprometendo a própria subsistência com o mínimo de dignidade para um membro de classe média numa economia totalmente monetizada. Isso afetou o valor social da função, provocando críticas maldosas de quem estava obtendo vantagens

com a erosão do prestígio dos docentes. É possível citar, nesse caso, aqueles que pretendem conter as despesas com educação, transferir os melhores em capacidade intelectual para outros postos de trabalho ou assumir atividades de treinamento profissional além dos cursos formais.

> Esse quadro precisa mudar sob risco de comprometimento irremediável do sistema educacional brasileiro. A medida primordial será a recuperação do prestígio da categoria por um amplo programa de atualização que viabilize a construção da identidade social de cada mestre diante de si mesmo, dos alunos e da sociedade. A docência não pode permanecer à margem do processo de qualificação plena oferecida a outros profissionais. (CASTRO, 2003, p. 106).

O professor é um profissional qualificado para realizar um trabalho complexo, mas não obtém reconhecimento social neste país. Cabe a ele assegurar qualificação plena para o trabalho e, principalmente transmitir com convicção os ideais prezados pela sociedade, que sofre ao aumentar as estatísticas e os índices de pessoas alfabetizadas através de programas com carga horária reduzida e no momento em que participam de concursos públicos, são massacradas por aqueles que estão devidamente preparados.

Espera-se que o docente através do compromisso com a sua missão, faça da formação continuada um caminho de pesquisa e orientação, pela qualificação e fortalecimento de uma classe que contribui com o processo de desenvolvimento do ser, que em contato com o conhecimento torna-se crítico e reflexivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos esta pesquisa o nosso objetivo era verificar como a especificidade da formação do educador infantil era tratada no âmbito das propostas de formação de professores da educação básica elaborada após a nova LDB 9394/96. Com novos referenciais curriculares a proposta requer dos educadores dos anos iniciais formação em Curso de Nível superior e novas estratégias no desempenho de suas atividades.

A formação de professores se faz cada vez mais presente em programas de governo principalmente a partir da década de 1990, marcada por várias reformas no âmbito educacional. No desenvolvimento da pesquisa percebemos que é difícil detalhar o reconhecimento e o tratamento dado à especificidade da atuação do docente na educação infantil devido aos encaminhamentos gerais para a formação dos docentes para educação básica.

Na maioria das vezes se utiliza uma única forma para dirigir-se ao professor da educação básica e o educador infantil. O reconhecimento do direito à creche e à pré-escola na Constituição de 1988, impõe a necessidade de construir as referências relativas ao profissional da educação infantil e a formação passa a ser encarada como direito desses profissionais à complementação da escolaridade básica e à profissionalização e não somente como condição de qualidade de atendimento à criança.

Diante dessa realidade, deduz-se que educação de qualidade não se faz de maneira aleatória nem tampouco em curto espaço de tempo. Demanda mudanças gradativas e fundamentadas em ações legais direcionadas nesse caso, para a Educação Infantil como forma de se alcançar uma proposta pedagógica e educativa voltada para a cidadania e também uma formação de professores consistente capaz de contribuir para a melhoria da educação brasileira.

REFERÊNCIAS

ANGOTTI, Maristela. **O trabalho docente na pré-escola:** revisitando teorias, descortinando práticas. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2003.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** N. 9394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

_____. **Por uma política de formação profissional de educação infantil.** Brasília: MEC, 1994.

CASTRO, Gilda de. **Professor submisso, aluno-cliente:** reflexões sobre a docência no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CONARCFE. **III Encontro Nacional, Pedagogia, Pedagogos e Formação de professores.** Belo Horizonte: Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador, 1989.

MONTESSORY, M. **Pedagogia científica.** São Paulo: Livraria e Editora Flamboyant, 2003.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

PANIAGUA, Gema; PALACIOS, Jesus. **Educação Infantil:** resposta educativa à diversidade. Porto Alegre: Artmed. 2007.

PIMENTA, Selma Garrido. **Trabalho e formação de professores:** saberes e identidade. São Paulo: Cortez, 1997.

REIS FILHO, Casemiro de. **Políticas de formação profissional.** São Paulo: Educativa a Serviço da Cultura Brasileira, 2003.

RESOLUÇÃO CEB Nº 2, DE 19 DE ABRIL DE 1999. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil.** Disponível em:<www.portal.mecgov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0299.pdf>. Acesso em: 28 de março de 2010.

RODRIGUES, A; ESTEVES, M. **A análise e necessidade na formação de professores.** Portugal: Porto, 1999.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica:** guia para eficiência nos estudos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

UNESCO. **Educação:** um tesouro a descobrir. Relatório para a unesco da comissão internacional sobre educação para o século XXI. São Paulo: Cortez. Brasília: MEC/UNESCO, 2000.